

INAUGURAÇÃO DO XV CONCURSO DA RAÇA HOLSTEIN FRÍSIA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE SÃO MIGUEL

Ribeira Grande, 24 de junho de 2016

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer - e as minhas primeiras palavras são, exatamente, para isso - o convite para estar aqui presente nesta sessão de abertura do XV Concurso da Raça Holstein Frísia.

Estou aqui, por um lado, porque, naturalmente, tenho gosto de aqui estar, mas também porque, à semelhança daquilo que o Governo dos Açores tem feito em todas as ilhas da nossa Região, este é um momento em que se pode, de forma clara e de forma inequívoca, dar também testemunho presencial de que o Governo está ao lado dos agricultores, sobretudo neste momento de maiores dificuldades e de maiores desafios que se vive.

É do conhecimento público que a agricultura e o setor leiteiro, em especial, vivem momentos particularmente desafiantes. Em especial, o setor leiteiro vive uma situação que, na nossa perspetiva, resulta, fundamentalmente, da conjugação de três fatores que eu gostaria de salientar.

Em primeiro lugar, o embargo russo aos produtos lácteos europeus, em segundo lugar, aquele que é um fenómeno global de retração do consumo de laticínios e, em terceiro lugar, aquilo que resulta do fim das quotas leiteiras decidido pela União Europeia.

Em relação a cada um destes fatores, e em relação à sua globalidade, a abordagem e o trabalho que o Governo dos Açores tem feito, mas também a abordagem política, a posição política que temos em relação a estas matérias, radica, fundamentalmente, em três ideias fundamentais.

A primeira é que a resposta a esta situação deve ser europeia, desde logo, porque, sobretudo em relação ao embargo russo e à questão das quotas leiteiras, são decisões europeias, mas também, em relação à questão da retração do consumo, porque o ultrapassar desta situação será tanto mais eficaz quanto houver uma resposta europeia.

Essa resposta europeia não pode ser apenas a de definir soluções, remetendo para os Estados Membros e para as Regiões, em alguns casos, a responsabilidade de custear essas soluções e a responsabilidade de as operacionalizar e de as implementar.

O poder de decidir não pode estar de um lado e a responsabilidade de arcar com as consequências das decisões de outro. Não! Há matérias que são responsabilidade da União Europeia e ela, se tem efetivamente o poder de decidir, tem que ter também a responsabilidade de as operacionalizar e de custear a sua operacionalização.

Há, sobretudo, dois exemplos em relação a esta matéria que são particularmente claros daquilo que não está a ser feito a nível europeu e que devia ser feito.

Em primeiro lugar, o remeter para os Estados Membros os custos de ajudar o setor a ultrapassar essa situação. Isso não deve, nem pode, ser assim, tem que ser a própria União Europeia a definir as medidas de apoio ao setor.

Em segundo lugar, a questão da restrição ou da limitação voluntária da produção de leite. Bom, das duas, uma: ou há a necessidade de limitar a produção de leite, e aí tornase necessária a existência de quotas leiteiras, ou não há a necessidade de limitar a produção de leite, e aí não faz sentido de estarmos a falar na limitação voluntária, ou seja, remetendo para cada agricultor a responsabilidade de diminuir ou não diminuir a produção de leite.

Mas, mais grave, em relação à questão de remeter para os Estados ou para as Regiões os custos e a responsabilidade de apoiar o setor neste momento, é que isso faz depender da capacidade financeira de cada Estado Membro ou de cada Região a intensidade do apoio que é prestado. Dito de outra forma, isso é a negação da solidariedade e da responsabilidade das decisões que devem existir a nível europeu.

Uma segunda ideia que enforma, no fundo, a abordagem que o Governo dos Açores faz sobre esta matéria tem a ver com o seguinte: a resposta nacional e a resposta regional devem existir, sim senhor. É verdade, devem existir, mas devem ser complementares a essa resposta europeia. Não podem ser a única resposta que existe em relação àquilo que é uma situação, em grande medida, derivada dessas duas decisões.

A terceira componente é que o problema que nós enfrentamos neste momento ao nível do setor leiteiro europeu não é um problema de produção, é um problema de escoamento, é um problema de comercialização. Direcionar-se as medidas para a produção - e é por isso que o Governo dos Açores classificou de insuficientes e mal direcionadas as respostas que, a nível europeu, têm sido dadas - vem apenas desviar a pretensa solução de onde está o verdadeiro problema.

É, pois, necessário que, à semelhança daquilo que já foi tentado, nomeadamente em alguns países terceiros em relação à União Europeia, criar mecanismos para fomentar a exportação e o consumo de produtos lácteos a nível europeu. Este também não é um problema de produção porque, ao nível da produção, ela tem respondido e respondido bem aos desafios que lhe têm sido colocados e, paradoxalmente, tem sido aquela que, de forma intensa e direta, é afetada pelas consequências desta situação.

Mas, se é certo que todas estas considerações servem para enquadrar a forma como nós encaramos este assunto, a questão seguinte que se põe é óbvia. Mas, então, o Governo dos Açores fica de braços cruzados à espera que a situação se resolva? Não fica, não ficou, nem ficará de braços cruzados à espera que a situação se resolva.

Desde logo, na frente europeia, com o encontro que, recentemente, houve com o Comissário Europeu Phil Hogan, no sentido de lhe dizer que é necessário, já que essa é a abordagem e enquanto não há uma reformulação da resposta europeia a essa situação, um

envelope adicional no âmbito do POSEI que possa ajudar a componente dos produtores a ultrapassar esta situação.

Mas, também, com a presença no Conselho de Ministros de Agricultura da União Europeia, o que acontecerá também no próximo dia 27. O Senhor Secretário da Agricultura e do Ambiente estará presente nesse Conselho de Ministros da União Europeia, no sentido de, também aí, integrado na delegação nacional, é certo, fazer valer essa perspetiva de uma Região que é ultraperiférica, mas que, nesta componente, tem um papel fundamental ao nível do setor leiteiro nacional, representando 30% da produção, 50% da transformação de queijo e um conjunto de outros indicadores que interessa relevar e que também, da parte nacional, interessa ter em atenção em relação a esta matéria.

Mas, também, a nível nacional, com a defesa de medidas que são específicas para o setor leiteiro e para os produtores. É o caso da isenção de pagamento de 50% das contribuições para a Segurança Social nos setores do leite, naquilo que nos releva, particularmente.

E, mesmo no caso regional, com o investimento que tem sido feito na criação de condições que permitam reduzir os custos das explorações. É o caso do investimento em caminhos, em água, em luz. Só nesta legislatura - 2012-2016 - estamos a falar de mais de 15 milhões de euros investidos nessa componente. Mas, não só nessa. No caso do gasóleo agrícola, a intervenção que foi feita no sentido de alargar a mais equipamentos a possibilidade de beneficiar dos preços mais baixos.

No caso dos apoios às intempéries, nesta legislatura foram cerca de três milhões de euros direcionados do Orçamento Regional para fazer face, para ajudar. No caso da sanidade animal, há um dado que me parece particularmente interessante. Noutra qualidade, defini como aposta para esta legislatura erradicarmos a brucelose bovina. Nós vamos a caminho dos dois anos em que não se regista um caso de brucelose bovina aqui na ilha de São Miguel, isso para além do trabalho que tem sido feito a nível regional.

Mas também no caso da formação. Nesta legislatura, foram mais de três mil agricultores que beneficiaram dessa formação, que beneficiaram, no fundo, de uma qualificação para poderem enfrentar esses desafios.

Poderíamos falar também da antecipação de verbas, quer no PRORURAL, quer no POSEI. No final de 2015, fruto dessa decisão do Governo dos Açores, foram mais de 54 milhões de euros que entraram no setor por antecipação. E, também, aquilo que tem a ver com o SAFIARI III, com a ajuda aos custos das explorações, com a linha de Agrocrédito, a reestruturação do setor através do resgate e, também, medidas de emergência para este setor.

Há um facto que convém não esquecermos e que dá bem nota também daquilo que tem sido o compromisso e o esforço de, com verbas regionais, ajudarmos este setor a ultrapassar este momento. A União Europeia, para fazer face a esta situação do setor do leite, destinou a Portugal - a todo o País - 4,8 milhões de euros. No caso dos Açores, nós afetamos cinco milhões de euros.

Isso dá bem nota de um esforço, de uma atenção e de um trabalho permanente que estamos a fazer em relação a esta matéria.

À pergunta, que espero que tenha sido respondida, de saber se o Governo está de braços cruzados à espera que o assunto se resolva por si, há uma pergunta seguinte que se impõe, fruto também dessa explicação. Então, está tudo bem? Então, está tudo feito?

Não, não está tudo bem. Não, não está tudo feito e é, por isso, que temos que continuar a apostar, a trabalhar e a afetar recursos para, cada vez mais, reforçar a competitividade deste setor, quer na componente europeia, trabalhando junto da União Europeia, quer na componente nacional, trabalhando junto do Governo da República, e também cumprindo aquela que é a nossa obrigação a nível regional de criar as condições para que o setor possa ser mais competitivo.

Mas, há uma reflexão que, a este propósito, se impõe. É que, fruto de muitas posições que se têm ouvido de diversos quadrantes políticos a este propósito, a pergunta que se impõe, neste momento, é esta: Então, e se não tivessem sido estas medidas do Governo dos Açores? Então, e se não tivessem sido estas medidas postas em prática pela Região para ajudar o setor agrícola? Onde é que nós estaríamos? Onde é que nós estaríamos do ponto de vista da competitividade, da sobrevivência de muitas explorações?

Fizemos algo parecido com dar uma benesse? Não. Cumprimos a nossa obrigação. Mas o facto de cumprirmos a nossa obrigação, não desmerece, nem pode desmerecer, o esforço que todos fizemos para ajudar o setor agrícola a ultrapassar esta matéria.

Temos medidas que estão a ser trabalhadas e temos medidas que estão a ser, no fundo, também adaptadas a esta situação. Aquilo que tem a ver com a operacionalização do PRORURAL+, completamente feita e em funcionamento ao dispor dos agricultores. Não deixa de ser interessante notar que, por exemplo, no PRORURAL+ já deram entrada projetos de investimento privado superiores a 60 milhões de euros nesse setor.

Isso dá nota, obviamente, daquilo que é a confiança, a aposta, a consciência das dificuldades do setor, mas também do facto de essa ser uma manifestação de confiança de quem investe, de quem pretende continuar a investir e de quem pretende continuar a fazer deste um setor que contribui para a riqueza da nossa Região.

Temos em preparação e será posta em prática - aliás, tive a oportunidade de, na reunião de abril do Centro de Leite e Lacticínios de dar conhecimento aos seus associados desta matéria - uma grande campanha de promoção do consumo de leite dos Açores, exatamente para também ajudar a resolver aquilo que, na nossa perspetiva, é um aspeto essencial, a questão do escoamento, a questão do consumo.

Aquilo que temos feito ao nível da revisão do POSEI é de forma a evitar, sobretudo com esta componente de restrição da produção em algumas áreas, que cheguemos a uma situação em que o agricultor é duplamente penalizado. É penalizado porque é, no fundo, convidado - digamos assim - a reduzir a sua produção e, depois, é penalizado novamente, no POSEI, porque o pagamento do prémio aos produtores de leite tem como critério a produção.

Essa revisão está a ser feita, está a ser feita em articulação com a Federação Agrícola dos Açores e é também um dos exemplos daquilo que, entre outros, estamos a construir e a adaptar nesta matéria.

A Marca Açores, o apoio ao transporte de produtos que, naturalmente, não é tudo aquilo que gostaríamos, a começar por nós, Governo, mas é aquilo que nos é possível fazer dentro daquilo que é a disponibilidade dos nossos recursos.

A formação, a questão dos caminhos, a questão da aposta no fornecimento de água, a questão da aposta no fornecimento de luz elétrica - no final deste ano são mais 71 explorações dos Açores que ficam com luz elétrica, enfim, há aqui um trabalho que tem sido feito e que continua a ser feito que me parece importante também relevar neste momento.

Mas, gostava, sobretudo de, na conclusão desta intervenção, deixar também uma ideia que me parece muito importante. Cada um ultrapassa os desafios da maneira que entende, é da liberdade e da responsabilidade de cada um, e aqui compete-me dizer da forma como o Governo dos Açores entende ultrapassar estes desafios.

Essa forma é muito simples, é puxar para cima com quem nos quiser ajudar a puxar para cima, é dar confiança com quem nos quiser ajudar a dar confiança, é definir soluções com quem nos quiser ajudar a definir soluções, é trabalhar para ultrapassar as dificuldades e os desafios com quem nos quiser ajudar a trabalhar para ultrapassar as dificuldades e os desafios.

Nós temos confiança no trajeto que fizemos, humildade para reconhecer que ainda há muito que deve ser feito, mas também uma esperança muito forte quanto ao futuro deste setor naquilo que tem a ver com a capacidade que ele sempre demonstrou de ultrapassar as dificuldades.

Não creio que esta seja uma posição otimista, não creio que esta seja uma posição ausente daquela que é a realidade do setor. Esta é uma posição que me parece, a mim, ser a única posição para ajudarmos a todos a ultrapassar estes desafios e este momento.

Muito obrigado a todos.